

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 726.701 - PR (2015/0140855-3)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : ADEMIR DAHMER
EMBARGANTE : ALTAIR ANGELO PADILHA
EMBARGANTE : BEATRIZ ANTONELLI BALBINOTTI
EMBARGANTE : CLAUDIA MARIA HARACYMIW
EMBARGANTE : CLAUDIO STOBBE
EMBARGANTE : CLAVIO JOSE TECCHIO
EMBARGANTE : CRISTIANA MARIA MENEGAZZO CANTON
EMBARGANTE : EDSON RISSO
EMBARGANTE : ELIANE FATIMA MENEGAZZO
EMBARGANTE : ERICH APEL
EMBARGANTE : ERNESTA CESCA BAGGIO
EMBARGANTE : ESTER APARECIDA NOVAK
EMBARGANTE : FRANCISCO COAN BENEDET
EMBARGANTE : LEOPOLDINA BAGGIO
EMBARGANTE : MARIA JULCIRA MENEGAZZO
EMBARGANTE : MARIA JULITA MINOSSO
EMBARGANTE : PAULO MEIRELES DA SILVA
EMBARGANTE : ROMILDO CORREA
EMBARGANTE : SOCIEDADE AQUATICA AMIGOS DE MARMELEIRO
EMBARGANTE : VALDOMIRO STOBBE
EMBARGANTE : VIVIANE MENEGAZZO DALLA LIBERA
ADVOGADOS : JOSÉ RODRIGO DE ANDRADE MACHADO - PR047651
THOMMI MAURO ZANETTE FIORENZA - PR047402
HORÁCIO ANTUNES BARBOSA JÚNIOR - PR048189
EMBARGADO : HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADA : MARIA LUCIA LINS CONCEIÇÃO - PR015348
ADVOGADOS : TERESA CELINA DE ARRUDA ALVIM - SP067721
EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS - PR024498
ADVOGADOS : RITA DE CASSIA CORREA DE VASCONCELOS - PR015711
PRISCILA KEI SATO - PR042074

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por ADEMIR DAHMER e outros por meio do qual expressam seu inconformismo e defendem a impossibilidade de baixa do recurso ao Tribunal de origem e sobrestamento do feito, ao argumento de que não têm intenção de aderir a acordo e, ainda, que o caso concreto não se adequa ao Tema de repercussão geral, haja vista tratar-se de ação coletiva transitada em julgado.

É o relatório.

Decido.

Não merece acolhida o pedido ora formulado.

1. Como restou anteriormente asseverado na decisão de fls. 974-975 (e-STJ), no julgamento da Questão de Ordem no Resp n. 1.568.798/DF, da relatoria do Sr. Ministro Luis Felipe Salomão, trazida na assentada do dia 27.11.2018, a Quarta Turma do STJ decidiu, em observância aos RE nº 591.797, RE nº 632.212 e RE 1.141.156, pela

devolução **de todos os processos individuais ou coletivos, na fase de conhecimento ou execução**, ao Tribunal de origem competente para que lá permaneçam suspensos, pelo prazo de 24 meses a contar de 5.2.2018, data em que, homologado o acordo coletivo, iniciou-se o prazo para a adesão dos interessados

Concluindo, cumpre ainda destacar que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que o recurso sobrestado na forma dos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC/73 (**atual art. 1040 e seguintes do CPC/15**) não é capaz de gerar nenhum prejuízo às partes, **razão pela qual é irrecorrível**. Nesse diapasão: **AgInt nos EDcl nos EREsp 1.126.385/MG**, Rel. Ministro Og Fernandes, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 20/09/2017; **AgInt no REsp 1.666.877/SE**, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, TERCEIRA TURMA, DJe 04/09/2017; e **AgInt no AREsp 920.593/RJ**, Rel. Ministra Regina Helena Costa, PRIMEIRA TURMA, DJe 02/08/2017, dentre outros.

Ausente, portanto, quaisquer do vícios elencados no art. 1.022 do CPC/15, é de rigor, a manutenção da decisão ora atacada, sendo oportuno a advertência de que eventual recurso protelatório será, na próxima vez, apenado com multa.

2. Ante o exposto, rejeitam-se os presentes aclaratórios, confirmando, portanto, o comando exarado na decisão de fls. 974-975 (e-STJ), que determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que, após a publicação dos acórdãos dos respectivos recursos extraordinários, observe-se a sistemática dos recursos representativos de controvérsia, consoante o disposto no artigo 1.040, c.c o §2º, do art. 1.041, ambos do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator